



Estudos Ibero-Americanos

ISSN: 0101-4064

eia@pucrs.br

Pontifícia Universidade Católica do Rio
Grande do Sul
Brasil

Accornero, Guya; Ramos Pinto, Pedro

“Brandos costumes?” Protesto e mobilização em Portugal sob a austeridade, 2010-2013

Estudos Ibero-Americanos, vol. 41, núm. 2, julio-diciembre, 2015, pp. 393-421

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=134643225010>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

REVOLTAS POPULARES CONTEMPORÂNEAS NUMA PERSPECTIVA COMPARADA

“Brandos costumes?” Protesto e mobilização em Portugal sob a austeridade, 2010-2013*

*“Mild mannered?” Protest and mobilization
in Portugal under austerity, 2010-2013*

*“Suaves costumes?” Protesto y mobilizacion
en Portugal durante la austeridad*

Guya Accornero**
Pedro Ramos Pinto***

Resumo: Em tempos recentes tem-se debatido muito as mobilizações anti-austeridade ocorridas na Europa do Sul desde 2010. Os comentadores frisaram a emergência de novos atores políticos, tais como o “precariado”, organizados em movimentos pouco estruturados com base nas tecnologias de informação e comunicação. Até que ponto é que estes movimentos refletem a dinâmica subjacente deste ciclo de protestos e como é que interagem com os atores políticos tradicionais? Utilizando Portugal como um caso-estudo, este artigo traça o mapa das ações políticas reivindicativas anti-austeridade entre os anos de 2010 e 2013, revelando uma panorâmica mais complexa, onde os atores tradicionais, incluindo os sindicatos e os partidos políticos de esquerda, emergem como atores-chave, facilitando e nutrindo a mobilização intermitente de novas formas de ativismo, procurando ao mesmo tempo ganhar com elas acesso a novas clientelas eleitorais.

Palavras-chave: Portugal; austeridade; movimentos de protesto; activismo social.

* Este artigo apresenta alguns resultados de uma bolsa da Fundação para a Ciência e a Tecnologia de Portugal (FCT), que também foram apresentados em West European Politics, 38,3 (2015). Os autores agradecem a tradução de Manuel Cabral.

** Investigadora em Ciência Política no Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa (CIES-IUL), com um financiamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT). <guya.accornero@iscte.pt>

*** Lecturer em História Económica Internacional na Universidade de Cambridge, Reino Unido. <pr211@cam.ac.uk>

Abstract: Anti-austerity mobilizations in Southern Europe since 2010 have been widely debated in recent times. Commentators have emphasized the emergence of new political subjects such as the ‘precariat’ organized into loose, IT-connected movements. To what extent do these portrayals reflect the underlying dynamics of this protest cycle, and how do these movements interact with traditional political actors? Using Portugal as a case study, this article maps the cycle of anti-austerity contention between 2010 and 2013 to reveal a more complex picture, where traditional actors, including labor unions and left-wing political parties, emerge as key actors, facilitating and sustaining the discontinuous mobilization of new forms of activism, while seeking to gain access to new constituencies through them.

Keywords: Portugal; austerity; protest movements. social activism.

Resumen: En los últimos tiempos han sido muy debatidas las manifestaciones contra la austeridad que se produjeron en el sur de Europa desde 2010. Los comentaristas destacaron la aparición de nuevos actores políticos, como el “precariado”, organizado en movimientos no estructurados y basados en tecnologías de la información y la comunicación. ¿En qué medida estos movimientos reflejan la dinámica subyacente de este ciclo de protestas y cómo interactúan con los actores políticos tradicionales? Teniendo Portugal como estudio de caso, este artículo traza el mapa de la acción política reivindicativa contra la austeridad entre los años 2010 y 2013, revelando un panorama más complejo, donde los actores tradicionales, como los sindicatos y los partidos políticos de izquierda, emergen como actores clave, facilitando la movilización intermitente de nuevas formas de activismo, mientras que la búsqueda de obtener el acceso a um nuevo electorado.

Palabras-clave: Portugal; austeridad; movimientos de protesto; ativismo social.

Este artigo analisa as consequências políticas da crise económica e da adoção de medidas de austeridade na mobilização dos cidadãos portugueses, traçando o desenvolvimento de manifestações, greves e outras formas de ação coletiva desde o início de 2010 até ao verão de 2013.

Nos últimos anos, fizeram-se sentir fortes ondas de mobilização em diferentes áreas do mundo, desde o norte de África até, mais recentemente, ao Brasil. Uma combinação de vários fatores políticos, sociais e económicos, diferentes em cada país, estão na raiz destes protestos (BARTELS e BERMEJO, 2013; KRIESI, 2012; TEJERINA e PERUGORRÍA, 2012b). Passando em revista os protestos sociais entre 2006 e 2013 em 87 países, englobando 90 por cento da população mundial ORTIZ et al. (2013), também sublinham uma incidência elevada de reivindicação em países europeus, espoletada principalmente pela crise financeira de 2008. Esta escalada de várias formas de política contestatária – manifestações, ocupações, assembleias populares – foi

igualmente notada por vários autores (CAMPOS LIMA e MARTINS ARTELES, 2014; DELLA PORTA, 2012; TARROW, 2011). Segundo os dados do *European Social Survey* (ESS) referentes a 2012, a porcentagem de pessoas que participaram em pelo menos uma manifestação cresceu significativamente entre 2008 e 2012. Os aumentos maiores ocorreram na Espanha (de 15,9 para 25,9 por cento), na Irlanda (de 6,5 para 10,5) e em Portugal (de 3,7 para 6,8).

Uma característica muitas vezes realçada nesta onda de protestos é o papel das redes de jovens caracterizadas pelas suas ligações transnacionais, utilização da Internet como uma ferramenta de mobilização e combinação de exigências materiais e políticas com base na identidade, particularmente o estabelecimento de novas formas de organização, com especial ênfase em modos de liderança e representação horizontais, diretos ou difusos – os chamados “novos novos” movimentos sociais (ALBERICH NISTAL, 2012; FEIXA et al., 2009; FONSECA, 2012). Ao mesmo tempo, vários autores também realçaram o regresso a um instrumento de luta mais tradicional: a greve política (CAMPOS LIMA e MARTINS ARTELES, 2011, 2014; GALL, 2014; HAMANN et al., 2013; KOUSIS e KARAKIOULAFI, 2013). Nesta ecologia emergente de reivindicação, as fronteiras entre os protestos materiais e os protestos económicos estão cada vez mais indistintas e os objetivos dos diferentes atores, tais como os movimentos “novos novos” e os sindicatos, são cada vez mais coincidentes.

Os países do Sul da Europa têm sido participantes ativos neste ciclo global de protestos. Nesta região, a deterioração das condições económicas, resultante da adoção de medidas de austeridade drásticas em seguida à crise da dívida soberana, proporcionou a motivação inicial. No entanto, os protestos causados por fatores económicos depressa se transformaram numa contestação das instituições políticas consideradas incapazes de fazerem frente ao desafio ou até de serem as primeiras grandes responsáveis. A confiança nas instituições públicas tem diminuído em todos os países do Sul da Europa (MATHIJS, 2014), ao passo que a participação eleitoral atingiu níveis historicamente baixos. O conflito social tem adotado várias formas nos diferentes países do Sul da Europa: na Itália manifestou-se na emergência de um novo partido político, o Movimento Cinco Estrelas (BALDINI, 2013; BARTLETT et al., 2013; BORDIGNON e CECCARIN, 2013; VERNEY e BOSCO, 2014) enquanto na Grécia assistiu-se à fragmentação do voto e à polarização violenta dos protestos, bem como ao aparecimento de

movimentos de democracia direta (VERNEY e BOSCO, 2014; KOUSIS e KARAKIOULAFI, 2013; SOTIRAKOPOULOS e SOTIROPOULOS, 2013).

Na Espanha, os movimentos dos *Indignados*, especialmente a plataforma ¡*Democracia Real Ya!* (DRY – Democracia Verdadeira Já!) acabou por se transformar no “modelo” para os movimentos anti-austeridade. Servindo-se do Twitter e do Facebook, o movimento DRY pôs de lado as referências políticas partidárias para chamar à rua os “desempregados, os mal pagos, os subcontratados, os que estão em situação precária e os jovens”. Em seguida à grande manifestação de 15 de Maio de 2011, os manifestantes ocuparam as ruas e as praças, abrindo caminho para as *acampadas* numa das praças mais célebres de Madri. Fizeram aí comícios que, a partir de meados de Junho, se desdobraram em encontros menores em vilas e em grandes bairros urbanos (TEJERINA e PERUGORRÍA, 2012a).

Estas mobilizações têm sido vistas como parte de um movimento transnacional, relacionando-as com a “Primavera Árabe” (por ex. COX et al., 2012). Outros especialistas têm argumentado que a presente coordenação transnacional dos protestos é inferior ao que sucedeu com outros movimentos recentes, tais como o Movimento de Justiça Global (DELLA PORTA, 2012, p. 275), e que os contextos políticos domésticos moldaram as implicações da crise global em cada país (DELLA PORTA, 2012; TARROW, 2011).

O nosso estudo se alicerça nestas observações sobre a importância dos contextos locais, explorando um único caso em todas as suas facetas políticas, sociais e históricas, com a finalidade de situarmos a resposta à crise económica global num contexto de oportunidades políticas e recursos de mobilização nacionais.

Neste período, em comum com os cidadãos gregos, espanhóis e, até certo ponto, italianos, os portugueses sofreram a imposição de medidas drásticas de contração fiscal que, para além de piorarem a situação económica, minaram profundamente o que no país são consideradas como as “conquistas” da revolução de 25 de Abril de 1974, que introduziu a democracia em Portugal – um conjunto de direitos sociais em termos de lei laboral, saúde pública e acesso à educação. Partindo de uma posição já de si desfavorável – o país já há muito que se encontrava entre os mais pobres da Europa Ocidental – as condições de vida no Portugal da austeridade deterioraram-se significativamente.

As desigualdades sociais, representadas pelo índice de Gini, que tinham começado a se reduzir desde 2005 – pela primeira vez num

dos países tradicionalmente mais desiguais da Europa (CARMO et al., 2012) – voltaram a crescer a partir de 2011. Segundo o Programa para o Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD), Portugal passou da posição 34º em 2007¹ para a posição 41º em 2013 no índice de Desenvolvimento Humano,² afastando-se dos países com um índice ‘muito elevado’ e aproximando-se dos com um índice apenas ‘elevado’. Segundo o Eurostat, o rendimento anual líquido em Portugal em 2014 – calculado para uma pessoa só sem filhos – encontra-se quase 40% abaixo da média europeia.³ O saldo de emigração permanente mais que dobrou em 4 anos, passando de 23.760 pessoas em 2010 para 49.572 em 2014.⁴ Da mesma forma, regista-se um aumento do nível de privação material – de 21,9% em 2012 para 25,5% em 2013 – e da privação material severa – de 9% em 2010 para 10,6% em 2014.⁵ Além disso, verificou-se um declínio significativo do PIB, enquanto o desemprego passou de 7,6% em 2008 para 16,2% em 2013.⁶ Estes dados são ainda mais dramáticos no caso do desemprego juvenil, que passou de 7,6% em 2008 para 38,1% em 2013.⁷

Como aconteceu em outros países, as medidas que provocaram estes desenvolvimentos não foram acatadas submissamente e tem havido uma intensificação dos protestos. Os dados do ESS sobre os níveis de participação nas manifestações acima citados são confirmados pelos números fornecidos pela polícia portuguesa, os quais mostram que em Lisboa a frequência das manifestações aumentou de 244 em 2010 para 298 em 2011 e para 579 (uma em cada 15 horas) em 2012 (ELIAS e PINHO, 2012, p. 43).

Este aumento do conflito social pode ser visto através de todas as formas de reivindicação e no período entre os anos de 2010 e 2013 assistiu-se a uma multiplicação dos protestos, desde ações em parte efémeras,

¹ Fonte: Human Development Report, 2009. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2009_en_summary.pdf>.

² Fonte: Human Development Report 2014. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr14-report-en-1.pdf>>.

³ Fonte: Eurostat, Annual net earnings. Disponível em: http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/show.do?dataset=earn_nt_net

⁴ Fonte: Pordata, Emigrantes total e por tipo. Disponível em: <<http://www.pordata.pt/Portugal/Emigrantes+total+e+por+tipo-21>> .

⁵ Fonte: Pordata, Taxa de privação material severa em Portugal. Disponível em: <<http://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+priva%C3%A7%C3%A3o+material+severa-2358>>.

⁶ Fonte: Pordata, Taxa de desemprego: total e por sexo. Disponível em: <<http://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+desemprego+total+e+por+sexo+%28percentagem%29-550>>.

⁷ Fonte: Pordata, Taxa de desemprego: total e por grupo etário. Disponível em: <<http://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+desemprego+total+e+por+grupo+et%C3%A1rio+%28percentagem%29-553>>.

mas apelativas para os meios de comunicação social, até aos conflitos menos publicitados, mas contínuos, tais como a greve dos trabalhadores das docas que se prolongou por meses. Alguns acontecimentos tiveram um impacto significativo nos meios de comunicação social, como foi o caso da manifestação de 12 de Março de 2011, quando 200 000 pessoas marcharam em nome da *Geração à Rasca* de Portugal – o nome do grupo do Facebook e do blog responsável pelo que inesperadamente veio a ser a maior manifestação de rua em Portugal desde o período revolucionário de 1974-1975 (BAUMGARTEN, 2013; RAMOS PINTO, 2012). Houve manifestações de diversas dimensões no decurso dos meses seguintes. Tudo indica que a maior manifestação desse período ocorreu no dia 2 de Março de 2013, organizada pelo movimento *Que se Lixe a Troika* – QSLT. Esta ação, contudo, também parece ter sido o ponto mais alto deste ciclo – a manifestação seguinte organizada em Lisboa pelo QSLT no dia 1 de Junho de 2013 apenas conseguiu juntar algumas centenas de pessoas.⁸

O abrandamento da frequência e da intensidade dos protestos da segunda metade de 2013 em diante (pelo menos até à data da elaboração deste artigo) marca o período entre Janeiro de 2010 e Julho de 2013 como um ciclo de protesto: na definição de Sidney Tarrow, “uma fase de conflito e reivindicação acentuados através do sistema social”, envolvendo, entre outras coisas, “uma difusão rápida da ação coletiva de um sector mais mobilizado para um menos mobilizado” (TARROW, 1998: 42). Os ciclos de protesto caracterizam-se por elementos tais como a emergência de novos grupos, a mobilização de novos atores, inovação nos repertórios de ação e a elaboração de novas estruturas cognitivas, culturais e ideológicas – características que podemos observar no caso português.

O “ciclo de protestos contra a austeridade” em Portugal só agora está a começar a ser devidamente analisado. O estudo de campo de Baumgarten proporciona-nos uma visão de valor incalculável da dinâmica interna dos novos movimentos sociais que desabrocharam neste período, bem como da sua identidade interna e dos seus processos democráticos (BAUMGARTEN, 2013). Estanque, Costa e Soeiro, baseando-se nos estudos de Sousa Santos, realçam a ligação destes protestos domésticos emergentes aos movimentos de protesto globais em termos de ativação emocional (ESTANQUE et al., 2013, SOUSA SANTOS, 2011). O nosso trabalho é diferente, no sentido em que procuramos desviar o foco destes movimentos e redes sociais *per se*,

⁸ 2500-3000 manifestantes segundo os organizadores e cerca de 1000 segundo o chefe a *Polícia de Segurança Pública* (PSP). Fonte: *Público*, 2 de junho de 2013.

preferindo tentar analisá-los como parte de um ciclo de reivindicação mais vasto e em relação a outros atores sociais e políticos. O nosso objetivo é testar as pretensões respeitantes ao alcance, amplitude e impacto destas mobilizações no campo da reivindicação como um todo e em relação às tradições e modos existentes de mobilização social no Portugal contemporâneo.

Com este objetivo em mente, criamos uma base de dados de todos os protestos ocorridos em Portugal entre Janeiro de 2010 e Julho de 2013. Utilizando o quadro metodológico do *Protest Event Analysis* (PEA – Análise de Ações de Protesto), analisamos três edições semanais da plataforma online do jornal nacional *Diário de Notícias*, a qual inclui notícias de autoria do jornal, bem como material de agência difundido pela agência de notícias portuguesa *Lusa*. Utilizamos como amostra as edições de segunda-feira, quarta-feira e sexta-feira do jornal, publicadas entre o dia 1 de Janeiro de 2010 e o dia 31 de Julho de 2013. Estabelecemos vários critérios de seleção de notícias, de modo a incluir informações sobre qualquer forma de reivindicações “contenciosas”, isto é, a interação entre atores coletivos que ocorressem fora dos canais de representação e troca estabelecidos (tais como eleições, debates parlamentares, encontros de “concertação” ou outras formas de interação política “normal”). Os episódios de reivindicação resultantes foram codificados segundo o ator primário (quem foi responsável pelo episódio de contestação), a reclamação ou questão em jogo, o alvo primário da ação, o tipo de ação (por exemplo, manifestação, ocupação, petição ou greve), bem como várias outras características da ação, se disponíveis: local, número de pessoas envolvidas, duração e se houve ou não violência.⁹ A base de dados cobre os protestos em diversas datas desde que tenham sido noticiadas nas datas de amostragem. Embora não nos permita fornecer um relatório cotidiano dos protestos, este método permitiu-nos deduzir mudanças na frequência e reportório dos protestos e no papel representado pelas diferentes categorias de atores.

O cerne do nosso estudo é, portanto, a evolução da reivindicação política em Portugal entre janeiro de 2010 e Junho de 2013, o período precedente e posterior ao resgate (bailout) português imposto pela *Troika* (FMI-EU-BCE) em Maio de 2011.

⁹ A nossa metodologia baseia-se na PEA e no método de “Política Contenciosa”, combinando a codificação sistemática das notícias de jornal com a análise do conteúdo das mesmas, bem como uma análise contextual mais ampla dos materiais disponíveis, procurando mapear o campo de contenção em vez de nos focarmos em atores individuais (*vide* EARL et al., 2004; KOOPMANS e STATHAM, 1999; TILLY e TARROW, 2007).

O ativismo da sociedade civil portuguesa no seu contexto histórico: os ‘desafectos’ no país dos “brandos costumes”

O aparecimento em Portugal de um ciclo de protestos extra-parlamentares tem de ser entendido no contexto da ainda prevalecente tendência nos meios académicos de se considerar a esfera pública do país como sendo relativamente submissa. Influentes estudos sobre as atitudes e a participação política dos cidadãos portugueses argumentaram que o país é caracterizado por níveis comparativamente baixos de envolvimento político (FREIRE, 2000, 2003; FREIRE e MAGALHÃES, 2003; MAGALHÃES, 2005). Esta descrição tem de ser qualificada por uma visão mais abrangente – tem acontecido da sociedade civil portuguesa ser fortemente mobilizada e, como afirma Fishman, a natureza da transição para a democracia em Portugal fez com que o sistema político português tenha estado mais aberto à mobilização e a formas de reivindicação não convencionais do que sucede noutros países do Sul da Europa (FISHMAN, 2011).¹⁰

A democracia portuguesa foi forjada numa atmosfera de mobilização intensa. O período revolucionário português (os 19 meses que se seguiram à derrubada da ditadura por meio do golpe militar de 25 de Abril de 1974) caracterizou-se por quase diariamente haver manifestações, comícios, greves e outras formas de atividade não convencional, as quais incluíram a ocupação de casas, empresas e propriedades agrícolas, ao mesmo tempo em que se manteve muito elevada a assiduidade às urnas (ACCORNERO, 2013; BERMEIO, 1997; PALACIOS CEREZALES, 2003; RAMOS PINTO, 2013).

Embora a um nível de intensidade mais baixo do que durante o período revolucionário, os protestos e a mobilização social persistiram durante todos os anos de austeridade que precederam o ingresso de Portugal na Comunidade Económica Europeia em 1986. Durante este período, o país foi forçado a recorrer a resgates do FMI em 1978 e em 1983 e em 1982 assistiu à sua primeira greve geral desde 1934. Os dados portugueses relativos aos anos de 1980-1995 mostram que elevados níveis de mobilização laboral caracterizaram as primeiras duas décadas da democracia portuguesa, atingindo o cume em 1982, outro ano de crise económica, antecedendo o segundo resgate do FMI em apenas cinco anos. Após um período de relativa calma, entre 1988 e 1989,

¹⁰ No que diz respeito aos efeitos da transição revolucionária no desenvolvimento da sociedade civil portuguesa, também ver Fernandes (2014).

regressaram os protestos frequentes (embora a um nível mais baixo) em oposição às reformas liberalizantes de defesa do mercado introduzidas pelo segundo governo de centro-direita do *Partido Social Democrata* (PSD), liderado por Cavaco Silva.¹¹

Desde então, o panorama mudou um pouco. Após meados da década de 90, a disponibilidade de dados sobre os vários tipos de protesto ficou mais fragmentada, mas as provas existentes sugerem que 1995 fechou um ciclo de reivindicação e abriu um período de relativa calma. Na área dos protestos laborais, com a economia portuguesa animada pela sua inclusão na Comunidade Econômica Europeia, os conflitos laborais entraram numa década de declínio progressivo (Gráfico 1). Não houve greves gerais durante a década de 90 e foram convocadas apenas duas na década que se seguiu ao milênio (Quadro 1). O estudo de Mendes e Seixas sobre a evolução da reivindicação não laboral, utilizando a análise de ações de protestos durante os anos 1992-2002, mostra uma tendência para uma redução do número médio de participantes nos protestos: ao mesmo tempo em que o número de ações de reivindicação aumentou, estas tenderam a atrair menos participantes e ficaram marcadas por um cariz mais “espetacular e radical” (MENDES e SEIXAS, 2005, p. 119-20).

Adicionalmente, as conclusões dos estudos mais recentes sobre a participação política revelam níveis cada vez mais baixos de envolvimento na política e de confiança nas instituições políticas, provando que se a imagem de uma sociedade civil passiva não é necessariamente verdadeira para todo o período democrático de Portugal, passou a caracterizar as duas últimas décadas (COSTA PINTO et al., 2012; MAGALHÃES, 2005). Num estudo datado de 2005, Magalhães identificou uma atmosfera de “desafecto democrático”, notando o distanciamento dos cidadãos portugueses em relação às instituições políticas e mostrando que, mesmo que o apoio à democracia seja sólido, existe um forte sentimento de desafeição expresso em baixos níveis de motivação e participação política, convencional ou outra (MAGALHÃES, 2005, p. 988).

¹¹ Dados da European Protest and Coercion Database (EPCD) Disponível em: <<http://web.ku.edu/~ronfrand/data/>>.

Gráfico 1. Greves em Portugal, 1986-2012



Fonte: *Séries Cronológicas Greves 1986-2007*. Ministério do Trabalho e Segurança Social – gabinete de Estratégia e Planeamento. Lisboa (2007). Disponível em: <http://www.gep.mss.gov.pt/estatistica/greves/seriegreves_1986_2007.pdf> e *Estatísticas em Síntese – Greves*. Gabinete de Estratégia e Estudos, Ministério da Economia e Emprego, 2010, 2011, 2012.

Quadro 1. Greves gerais em Portugal desde 1975

	Organizador
1982 (12 de fevereiro)	CGTP
1982 (11 de maio)	CGTP
1988 (28 de março)	CGTP e UGT
2002 (10 de dezembro)	CGTP
2007 (30 de maio)	CGTP
2010 (24 de novembro)	CGTP e UGT
2011 (24 de novembro)	CGTP e UGT
2012 (22 de março)	CGTP
2012 (14 de novembro)	CGTP
2013 (27 de junho)	CGTP e UGT

Esse crescente distanciamento das instituições revela-se de vários modos. Um é o aumento da abstenção nas eleições. Já em 2002, Freire e Magalhães frisaram que “enquanto Portugal na década de 1970 era uma das nações ocidentais sem voto obrigatório e com a mais elevada participação eleitoral, a afluência às urnas hoje já é inferior à média registada nas democracias da Europa Ocidental sem obrigatoriedade de voto, no que representa o declínio mais abrupto entre os países da OCDE” (FREIRE e MAGALHÃES, 2002, p. 47-50). Nas décadas intercalares desde a publicação do seu estudo, a situação não melhorou:

enquanto se registou uma ligeira subida na proporção dos votos dos portugueses residentes, o regresso a um padrão de emigração continua a manter reduzida a afluência às urnas. (ver a Tabela 1).

Tabela 1. Índice de abstenção em Portugal

Ano	Total	Residentes em Portugal	Não residentes em Portugal
1975	8,5	8,3	36,8
1980	15,2	14,6	39,5
1983	22,2	21,4	54,6
1985	25,7	24,6	70,0
1987	28,3	27,4	73,5
1991	32,6	31,8	67,4
1995	33,8	32,9	76,2
1999	39,0	38,2	76,5
2002	38,4	37,7	75,6
2005	35,6	35,0	75,3
2009	40,3	39,5	84,7
2011	41,9	41,1	83,1

Fonte: PORDATA.

Embora não haja comparações sistemáticas de participação e incidência de mobilização reivindicativa política, uma análise preliminar sugere que, no período de 1989-1995, Portugal mostrou um nível de participação em atividades de protesto dramaticamente mais baixo do que na Grécia (ACCORNERO, 2012). Rejeitando explicações “fatalísticas” e “culturais” para estes padrões de participação, estudos recentes realçaram a importância de uma insuficiência nos níveis de educação, os quais estão na origem da redução dos níveis de participação e num ambiente de “alienação política” e sentimentos de “distanciamento em relação ao poder” (FREIRE, 2000; VILLAVERDE CABRAL, 1997, 2000, 2014). Um dos legados perniciosos do autoritarismo foi uma insuficiência crônica na educação: entre os países que constituíam a União Europeia em 2002, Portugal tinha de longe a porcentagem mais baixa da população no grupo etário dos 25 aos 64 anos que tivesse completado a educação secundária (21 por cento).

Protesto e Austeridade em Portugal desde 2010

Resumindo, é óbvio que a sociedade portuguesa esteve longe de se manter estática durante as últimas quatro décadas. Períodos de intensa mobilização pontuaram uma erosão gradual do peso e papel das formas tradicionais de participação política. Como é que as mobilizações anti-austeridade se encaixam neste padrão?

Os dados recolhidos para este estudo, sumariados no Gráfico 2, revelam uma evolução do ciclo de protestos com uma série de altos e baixos. Na primeira metade de 2010, assistiu-se a uma concentração de ações de protesto que coincidiu com o impacto em Portugal das ondas de choque da crise econômica global. Por volta do começo do ano, o governo minoritário socialista foi forçado a admitir que seriam necessários cortes orçamentais significativos para se conseguir respeitar o limite de déficit da zona do Euro. Os congelamentos salariais e outras medidas deflacionárias foram vigorosamente contestados por diversos atores, tendo sido as ações de protesto mais salientes uma greve da função pública no princípio de março e a organização por parte da central sindical CGTP (Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses) de simultâneas manifestações em nível nacional no princípio de Junho. Ocorreu um segundo pico de protesto por altura da demissão do governo socialista em consequência da deterioração das condições económicas do país. Em seguida à greve geral de Novembro de 2010, a incidência das ações de protesto aumentou vincadamente, culminando na grande manifestação da Geração à Rasca de 12 de março de 2012. No dia 22 de março de 2011, o governo socialista viu derrotadas no parlamento as suas propostas para restringir as despesas públicas e limitar o aumento do déficit orçamental.

Gráfico 2. Contagem das ações, Portugal, jan. 2010 a jul. 2013



Fonte: Base de dados das ações de protesto compilada pelos Autores a partir de uma amostragem de 3 dias por semana do jornal *Diário de Notícias*, janeiro de 2010-julho de 2013.

A rejeição dos planos do governo levou à inevitabilidade da intervenção externa e à insustentabilidade da posição do Executivo, o qual se demitiu 10 dias mais tarde, sendo então iniciadas negociações para um pacote de resgate com a *Troika* (EU-BCE-FMI). O resgate de 78 bilhões de Euros foi acordado em maio, imediatamente antes das eleições de junho de 2011, as quais redundaram na formação de um governo de coligação composto pelo PSD de centro-direita e pelo PP (Partido Popular) de direita. Embora os cortes nas despesas públicas tenham começado ainda na vigência do governo socialista, a maioria das medidas mais duras foi aplicada após a sua demissão, já que as condições do resgate impunham dolorosos cortes salariais, nas pensões, nos benefícios e nos serviços públicos, bem como um aumento generalizado da carga fiscal (DE SOUSA et al., 2014). Estas medidas tiveram um efeito significativo na segurança financeira de uma grande parte da população do país, com efeitos secundários no consumo e, consequentemente, no emprego, criando o que muitos sentem ser um ciclo vicioso (CASTRO CALDAS, 2012).

Em seguida às eleições legislativas de 2011, ocorreram mais dois pontos altos de protestos: na segunda metade de 2012 e, mais recentemente, entre março e junho de 2013. Ambos distinguiram-se por algumas das maiores manifestações públicas na história de Portugal (nos dias 15 de setembro de 2012 e 2 de março de 2013). Ambas estas manifestações foram organizadas pelo movimento social Que se Lixe a Troika – exatamente o tipo de “nova política” que os comentadores afirmam emergir em diferentes áreas políticas, não só na Europa, mas também em vários outros pontos do mundo.

Como demonstrado neste breve relato, o crescente padrão de reivindicação nos finais de 2010 e princípios de 2011 deve ser visto no contexto da crise política causada pela resposta do governo ao colapso financeiro e pelas crescentes divisões no seio das elites políticas¹² no que diz respeito às soluções para a situação financeira do país. Isto criou uma oportunidade para que vários grupos (velhos e novos) inserissem as suas agendas reivindicativas nas fraturas entre os atores institucionais, ajudando a transformar o que eram ações díspares num ciclo de protestos. Visto sob esta luz, este ciclo só começou a esmorecer

¹² Divisões no seio das elites políticas estão frequentemente na origem de uma frecha na estrutura de oportunidades políticas, a qual pode “proporcionar incentivos para que as pessoas encetem ações coletivas pelo modo como afetam as suas expectativas de sucesso ou falhanço” (TARROW, 1996, p. 54).

a partir da primavera de 2013 em diante, em face de uma renovada coesão dos partidos tradicionais no tocante à política de austeridade e à incapacidade do movimento de reivindicação de converter os protestos de rua num desafio mais amplo ao sistema.

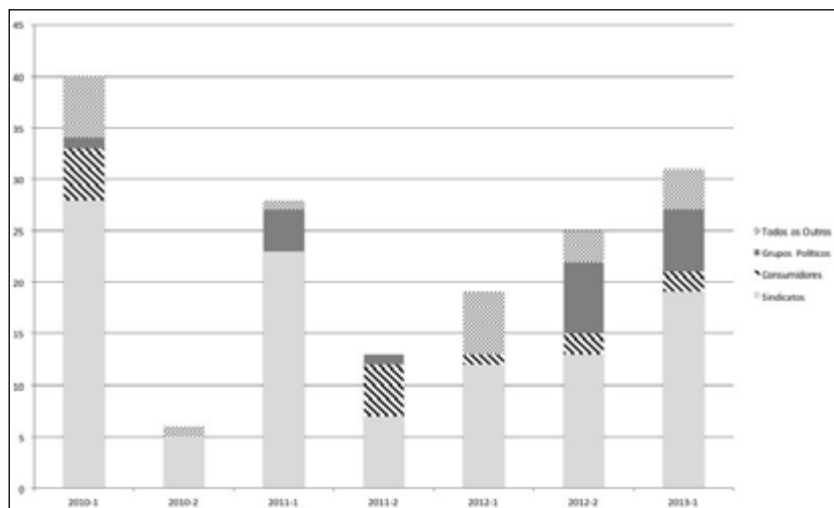
Este panorama geral, baseado apenas na contagem do número de ações políticas, não nos pode dar uma imagem completa de um ciclo de reivindicação complexo. É notoriamente difícil medir-se o peso dos diferentes protestos em termos de participação, o que não se reflete na pura contagem de ações. Por exemplo, quatro das cinco greves gerais convocadas em Portugal neste período, as quais mobilizaram muitos milhares de cidadãos, ocorreram em meses onde a amostragem revela números relativamente baixos de ações de protesto. Pode ser conseguida uma imagem mais significativa por meio de uma análise das formas de ação e as categorias de atores que a base de dados indicou como os líderes ou iniciadores de cada ação. Isto revela que o ciclo de protestos não terminou sem alterar parcialmente a paisagem da oposição política, com o estabelecimento de novos atores políticos e a consolidação de novas alianças.

A nossa análise realça dois padrões nítidos: que ocorreu uma alteração do tipo de protestos utilizados entre 2010 e 2013 e que, contrariamente à ênfase colocada nos “novos novos” movimentos, o setor laboral manteve-se sempre como o ator reivindicativo mais relevante, embora pese o fato de ter sido forçado a procurar novos aliados fora da sua clientela habitual.

Em primeiro lugar, a amostra revela uma predominância esmagadora dos protestos laborais. Apesar dos portugueses e da comunicação social internacional manterem o foco assentado nos novos atores, particularmente na suposta centralidade dos *outsiders* do mercado de trabalho nos protestos anti-austeridade, a nossa amostra revela que as organizações sindicais “tradicionais” continuam na linha da frente dos protestos em Portugal. Em todo o período coberto pelo nosso estudo, 78 das ações de protesto (47,9 por cento do total) foram iniciadas pelos sindicatos da função pública, às quais podemos acrescentar mais 11 ações por centrais sindicais nacionais, tais como a CGTP e a UGT (União Geral de Trabalhadores) e outras 19 lideradas por trabalhadores do setor privado. No total, dois terços das ações de protesto (66,3 por cento) na nossa amostra originaram no setor laboral ou foram desencadeadas por organizações representantes dos trabalhadores (Gráfico 3). Em contrapartida, grupos políticos, tais como os movimentos QSLT, M12 M ou Geração à Rasca, aparecem como líderes dos protestos em

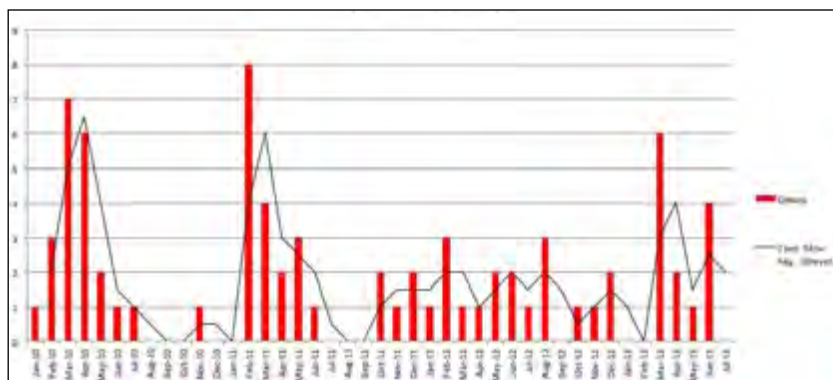
apenas 19 ações (11,7 por cento), apenas pouco mais do que os protestos organizados pelos usuários e consumidores dos serviços públicos e privados (15 ações).

Gráfico 3. Ações de protesto por categoria de ator, períodos de 6 meses

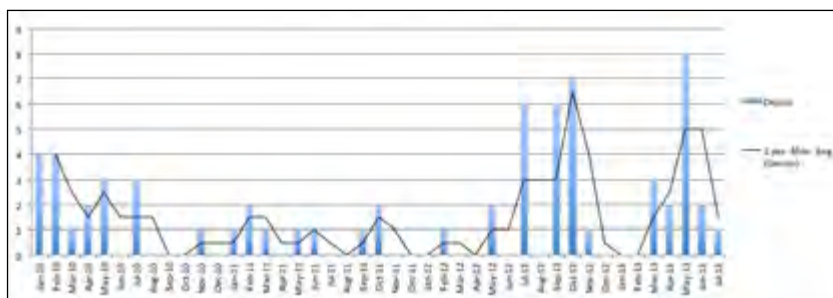


Fonte: Base de dados das ações de protesto compilada pelos Autores a partir de uma amostragem de 3 dias por semana do jornal *Diário de Notícias*, janeiro de 2010-julho de 2013.

Uma segunda característica notável nesta amostra é o fato das greves e manifestações aparecerem em ciclos diferentes. Estas formas de ação obscurecem todas as outras na amostra: 66 das 163 ações cobertas são manifestações (40,5 por cento) e houve 76 greves de diferentes durações e amplitude (49,6 por cento). Outros tipos de ação, incluindo petições, comícios e ocupações, caracterizam apenas 12,9 por cento das ações de protesto. Mas o modo como se distribuem através deste período difere – as greves concentram-se em dois picos de protesto que precederam as eleições de 2011 (Gráfico 4). Depois destas, a frequência das greves diminui para aumentar novamente, embora com uma intensidade ligeiramente mais baixa, nos últimos seis meses desse ano. As manifestações, por seu turno, tornam-se mais comuns nos períodos de contestação entre os meados e o fim de 2012 e desde março de 2013 (Gráfico 5).

Gráfico 4. Greves, Portugal 01/2010 a 07/2013

Fonte: Base de dados das ações de protesto compilada pelos Autores a partir de uma amostragem de 3 dias por semana do jornal *Diário de Notícias*, janeiro de 2010-julho de 2013.

Gráfico 5. Manifestações, Portugal 01/2010 a 07/2013

Fonte: Base de dados das ações de protesto compilada pelos Autores a partir de uma amostragem de 3 dias por semana do jornal *Diário de Notícias*, janeiro de 2010-julho de 2013.

Mobilização contra a Austeridade: Sindicatos e “Novos Novos” Movimentos Sociais

A relação entre estes dois fatores – o papel dos trabalhadores e o crescente número de manifestações – pode ser clarificada, avaliando-se a evolução política durante o período de dois anos e meio em questão. Com base nisso, argumentamos que, neste período, a função pública e os seus sindicatos tornaram-se cada vez mais fulcrais na contestação ao programa de austeridade do governo. Adicionalmente, os protestos passaram a ser mais coordenados à medida que as duas centrais sindicais

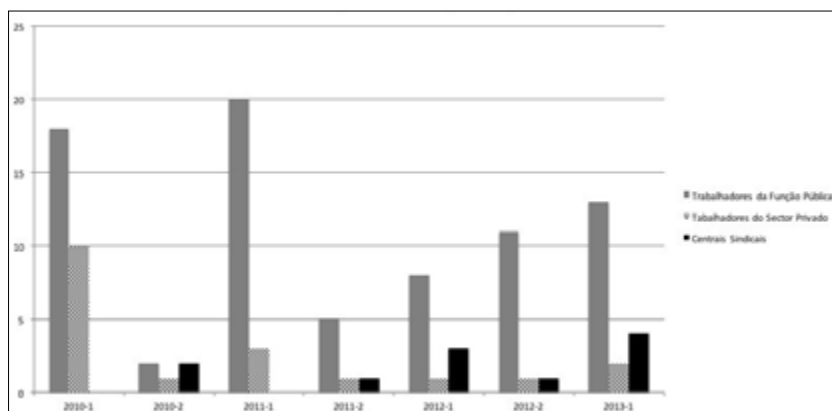
começaram a aglomerar o que tinha começado como protestos isolados por parte dos sindicatos da função pública ou no nível de pequenas empresas. Par a par com esta evolução viu-se a emergência de vários “novo novos” movimentos sociais, mas não é nítido que tenham sido capazes de sustentar elevados níveis de mobilização quando não apoiados por ações sindicais. No entanto, enquanto a sua capacidade de mobilização de grandes números de apoiantes continua limitada, em tempos mais recentes tais movimentos parecem ter-se adaptado ao emprego de ações de protesto altamente visíveis (manifestações) organizadas por pequenos grupos de ativistas, como um meio de ganharem a atenção dos meios de comunicação social e de manterem o vigor e a permanência das suas campanhas.

No início do período de amostragem, durante a primeira onda de protestos (na primeira metade de 2010), mais de um terço dos protestos laborais tiveram origem no setor privado, nomeadamente por questões salariais e de demissões (Gráfico 6). No resto do período, a incidência de conflitos laborais no setor privado diminuiu, passando os trabalhadores da função pública e as centrais sindicais a assumirem a liderança dos protestos. Os dados oficiais relativos ao padrão de greves em Portugal parecem confirmar esta tendência, embora ainda não estejam disponíveis os números para 2013: o número de dias de trabalho perdidos por causa de greves tem aumentado desde 2010, assim como também tem aumentado a taxa de participação em greves, como indicado pelas estatísticas nacionais. Além do mais, a incidência de greves simultâneas em diversas companhias (um sinal de coordenação) aumentou de 18,6 por cento de greves em 2010 para um máximo de 39,7 por cento em 2011, reduzindo depois para 28,3 por cento em 2012.¹³ O aumento da coordenação dos protestos laborais é evidente na crescente utilização da greve geral como uma tática: durante os primeiros 35 anos de democracia (1974-2009), as centrais sindicais portuguesas convocaram greves gerais em cinco ocasiões (ver o Quadro 1). Desde 2010, contudo, houve um número semelhante de greves gerais em apenas três anos. Este desenvolvimento foi facilitado por uma crescente colaboração entre as duas centrais sindicais principais, as quais tradicionalmente são rivais e não aliadas. De fato, nas três décadas

¹³ Dados de *Estatísticas em Síntese – Greves*, Gabinete de Estratégia e Estudos, Ministério da Economia e Emprego, 2010, 2011 e 2012. Os números para 2010 parecem indicar uma continuação de um padrão, sendo a proporção de greves simultâneas em várias companhias semelhantes ao observado em 2005, 2006 e 2007 – os anos mais próximos para os quais existem dados.

anteriores só aconteceu uma vez das centrais sindicais unirem forças em apoio de uma greve geral. A CGTP e a UGT desde sempre representaram diferentes tendências políticas dos trabalhadores portugueses, sendo a CGTP próxima ao Partido Comunista Português (PCP) e a UGT mais alinhada com o Partido Socialista. Esta ligação a um dos dois partidos governamentais significa que, no passado, a UGT se mostrou mais disposta a negociar com o governo (ROYO, 2002: 94-5). No entanto, desde 2010, em três ocasiões, sendo a mais recente em junho de 2013, as duas centrais decidiram pôr de lado as diferenças existentes entre elas e atuar em conjunto. Por vezes a UGT parece ter sido forçada a isto pelos seus próprios membros: quando decidiu não apoiar a greve geral de novembro de 2012, 23 dos seus 49 sindicatos afiliados (incluindo seis grandes sindicatos da função pública) decidiram mesmo assim aderir à greve.¹⁴ Se esta crescente coordenação do movimento sindical foi ou não acompanhada por um reforço da sua capacidade de mobilização é, contudo, uma questão para a qual ainda não temos resposta. É difícil de calcular o impacto e a amplitude de cada uma destas greves gerais e os dados disponíveis quanto ao número de trabalhadores sindicalizados,

Gráfico 6. Protestos laborais por categoria de ator, períodos de 6 meses, 2010-2013 (amostra 3 dias/semana)



Fonte: Base de dados das ações de protesto compilada pelos Autores a partir de uma amostragem de 3 dias por semana do jornal *Diário de Notícias*, janeiro de 2010-julho de 2013.

¹⁴ Disponível em: <<http://www.publico.pt/economia/noticia/23-sindicatos-da-ugt-emitem-preavisos-de-greue-1572243>>.

embora revelem um declínio das taxas de densidade sindical, só cobrem o período até 2010.¹⁵

O que é nítido é terem aparecido em campo novas organizações, as quais têm estado particularmente ativas desde o verão de 2011. Movimentos como a *Geração à Rasca* e *Que se Lixe a Troika* têm sido o centro das atenções dos meios de comunicação social, os quais os identificam como uma nova forma de combate cívico e político e como a principal resposta da sociedade civil às medidas de austeridade.

O primeiro destes movimentos a aparecer – *Geração à Rasca* – é anterior mesmo ao movimento espanhol *Indignados*. O modo e a velocidade com que este movimento emergiu é de fato uma prova do papel das tecnologias de informação e comunicação no apoio à mobilização política: a manifestação foi convocada por três amigos que iniciaram um grupo do Facebook e um blog depois de terem sido inspirados por uma canção popular da banda portuguesa Deolinda, “Parva que Sou”, cuja letra exprime as ansiedades causadas pela falta de segurança no emprego e pela ausência de perspectivas para os portugueses entre os vinte e os trinta anos de idade.¹⁶ Como sugeriu Baumgarten, apesar das referências aos movimentos e temas internacionais, que incluíram a Primavera Árabe de 2010, o foco e as referências-chave deste movimento emergente eram essencialmente nacionais (BAUMGARTEN, 2013, p. 465-466). Isto transparece no seu nome, *Geração à Rasca*, uma referência a uma mobilização estudantil de 1990, a chamada “Geração Rasca” (SEIXAS, 2005).

Ostensivamente não partidário, mesmo apolítico, no sentido de rejeição dos partidos políticos estabelecidos, a manifestação do movimento *Geração à Rasca* de 12 de março foi um sucesso. No entanto, em seguida a estes começos auspiciosos, a capacidade dos “novos novos” movimentos sociais de sustentarem elevados níveis de mobilização foi mista: se em alguns casos conseguiram mobilizar um grande número de pessoas, sendo responsáveis por algumas das maiores manifestações desde a Revolução, noutros foram menos bem-sucedidos em conseguir níveis de participação significativos em manifestações, comícios e outras iniciativas.

¹⁵ Segundo a Base de Dados ICTWSS, as taxas de densidade sindical reportadas caíram continuamente de 60,8 em 1978 para 19,3 em 2010: Jelle Wissner, base de dados ICTWSS (Institutional Characteristics of Trade Unions, Wage Setting, State Intervention and Social Pacts, 1960-2010), versão 4.0: <<http://www.uva-aia-net/208>>.

¹⁶ Disponível em: <<http://www.publico.pt/sociedade/noticia/um-desempregado-um-bolseiro-e-uma-estagiaria-inventaram-o-protesto-da-geracao-a-rasca-1482270>>.

Depois de março de 2011 apareceram vários movimentos e organizações, enquanto diversas organizações de protesto menores agruparam-se e criaram alianças. No mês seguinte, os organizadores da manifestação *Geração à Rasca* criaram a plataforma M12M: *Movimento 12 de Março*. Mais uma vez frisando a sua posição não partidária, nem de direita nem de esquerda, e renunciando a quaisquer posições programáticas, o movimento invocou o Prémio Nobel de Literatura português, José Saramago, no seu objetivo de “fazer de cada cidadão um político”. Chegado o verão de 2011, o movimento juntou-se a outros grupos – muitos dos quais eram recentes ramificações de redes globais como os *Indignados de Lisboa*, *Acampada Lisboa – Democracia Verdadeira Já*, *Portugal Uncut* ou *ATTAC Portugal* – para criarem a plataforma 15-O, coordenando-se com organizações semelhantes no resto do mundo para a realização da manifestação internacional do dia 15 de outubro de 2011. Este também foi um protesto significativo, embora consideravelmente menor do que a manifestação de março de 2011.¹⁷

Nos finais de 2011 e princípios de 2012 começaram a aparecer sinais de que os movimentos anti-austeridade se estavam a fraturar ao longo das linhas de divisão tradicionais da esquerda, apanhados na rivalidade entre o PCP e o Bloco de Esquerda. Depois de março de 2012, o secretário-geral da CGTP, Arménio Carlos, acusou a plataforma 15-O de ter provocado confrontos com a polícia durante a greve, uma tática que ele acreditava ter desviado a atenção das verdadeiras questões em causa e ter dado à polícia a possibilidade de inflamar um clima de medo; sugeriu então que a CGTP só reconhecia uma organização anti-austeridade diferente, os *Precários Inflexíveis* (PI). No entanto, entre outros jogadores em cena, começaram a desenvolver-se colaborações, com vários “novos novos” movimentos a entrarem em parceria com atores políticos estabelecidos para desenvolverem iniciativas como a criação de uma *Auditoria Cidadã à Dívida Pública* destinada a promover o debate sobre a reestruturação da dívida ou até o seu cancelamento, cuja comissão organizadora incluiu, entre outros, um antigo secretário-geral da CGTP e um antigo Secretário de Estado socialista.¹⁸

¹⁷ Disponível em: <<http://www.publico.pt/politica/noticia/stop-troika-e-passos-ladrao-comandaram-a-revolucao-dos-indignados-1516693#0/>>.

¹⁸ Disponível em: <<http://www.auditoriacidadada.info/>>.

Esta tendência para uma maior colaboração era evidente em Outubro de 2012, quando os líderes do M12M se juntaram a outros próximos à CGTP e ao Bloco de Esquerda para organizarem um *Congresso Democrático das Alternativas* (CDA). Apesar das críticas que suscitou por parte do Partido Comunista e da central sindical UGT, o Congresso reuniu cerca de 1 500 pessoas com o objetivo de criar uma plataforma comum, unindo os vários movimentos e grupos que lutam contra a austeridade.¹⁹

O CDA, juntamente com outros grupos e organizações, apoiou uma outra plataforma de manifestação-organização: *Que se Lixe a Troika* (QSLT). Como sucedeu com as plataformas M12M e 15-O, o QSLT se autodefiniu nos seus *slogans*, comunicados e publicidade como não partidária. As expressões “direita” ou “esquerda” são raramente usadas e há muitas declarações de independência. Mesmo assim, a sua posição é evidente, quanto mais não seja por causa do padrão de alianças que estabeleceu com partidos de esquerda (PCP e Bloco de Esquerda) e com a central sindical CGTP. Apesar das anteriores suspeitas do PCP em relação ao CDA e tendo muitas vezes criticado publicamente os “novos novos” movimentos (mais recentemente num editorial altamente cético do jornal do partido), parece que o partido mudou de estratégia em 2012, optando por uma colaboração mais estreita com os movimentos anti-austeridade não-alinhados.²⁰ Um jornal noticiou que a comissão organizadora do QSLT inclui vários membros importantes do PCP, bem como líderes do BE.²¹ Embora isto não signifique que o QSLT seja uma “organização de fachada”, revela que desde 2012 tem havido um nível significativo de coordenação entre as políticas “velha velha” e “nova nova”: uns dias após a manifestação de 15 de setembro, os organizadores do QSLT apelaram aos seus apoiantes para que participassem numa manifestação convocada pela CGTP para o dia 29 de setembro de 2012, ao passo que a CGTP apoiou a manifestação do QSLT do dia 2 de março de 2013, a qual diz-se ter mais uma vez quebrado todos os recordes de participação. Também neste caso, juntamente com uma áurea e reclamações decididamente “internacionalistas”, o QSLT continua a servir-se de símbolos históricos de protesto e democracia, como é o caso da canção “Grândola, Vila Morena”, ícone da Revolução de 1974-1975.

¹⁹ Disponível em: <<http://www.congressoalternativas.org/>>.

²⁰ Disponível em: <<http://www.omilitante.pcp.pt/324/Tema/797/>>.

²¹ Disponível em: <<http://www.ionline.pt/artigos/outros/se-lixo-a-troika-nucleo-duro-dominado-militantes-be-pcp>>.

Reflexões finais

Analisando os dois anos e meio desde o início de 2010, podemos ver um padrão de reivindicação em evolução e mudança, mas onde existe uma interação de formas múltiplas da sociedade civil, construção de alianças e adaptação de estratégias. Não observamos uma resposta à austeridade que possa ser classificada de “brandos costumes”, submissa. Apesar das continuadas e significativas desigualdades em termos de recursos políticos, que reduzem a participação política em Portugal, quando comparado com outras nações ocidentais, também podemos afirmar que a capacidade de mobilização da sociedade civil portuguesa não é determinada pelo que se poderia chamar de fatores de “oferta” (as características da população), mas sim por contextos e oportunidades. Neste caso, o que abriu as portas à mobilização foram o enfraquecimento e a perda de legitimidade do governo PS e uma combinação da campanha eleitoral subsequente e as negociações para um resgate financeiro externo. O resultado das eleições de 2011, colocando no poder uma coligação determinada a executar uma política de austeridade, ofereceu poucas oportunidades para uma investida mais forte por parte de novos e tradicionais contestatários, o que encorajou tentativas de formação de alianças entre eles. Esta dinâmica recorda-nos que, como notou Tarrow (2011, p. 27), “embora a crise financeira tenha gerado um elevado nível de reivindicação, manifestou-se de modos diferentes conforme a estrutura de oportunidades políticas de cada país”.

Mesmo que as nossas conclusões sejam necessariamente tentativas, na medida em que têm por mira um alvo móvel, ainda nos é possível tirar algumas conclusões gerais preliminares. Em primeiro lugar que, ao avaliarmos o atual ciclo de protestos nas democracias europeias, precisamos ter em consideração os limites dos “novos novos” movimentos, tanto como o seu potencial. Em segundo lugar, a nossa análise do caso português sugere que os atores tradicionais - “velhos velhos” - parecem reter um papel central na mobilização política não-convencional. Também notamos, contudo, que os sindicatos e os partidos de esquerda atuam a partir de uma posição de fraqueza, valendo-se de bases de apoio altamente delapidadas. Consideradas em conjunto, as limitações dos atores políticos “velhos velhos” e “novos novos” de fato sugerem que o caminho futuro para ambos não é a concorrência, mas sim a cooperação – algo que vemos acontecer no caso português.

Os novos movimentos sociais que estudamos em relação à área mais vasta da política de austeridade em Portugal certamente são

prova de muitas características interessantes e originais: o seu modo de mobilização depende em grande medida da Internet; o discurso que apresentam inclui afirmações de identidade baseadas em vetores tradicionalmente silenciosos (emprego informal ou inseguro, a ideia de uma “geração”); e advogam, em muitos casos, formas de mobilização e participação não-hierárquicas. Por outro lado, os nossos dados sugerem que a capacidade de mobilização ampla foi esporádica e irregular. Isto pode estar relacionado, em parte, com a ausência relativa de uma infraestrutura autónoma de longa data da sociedade civil – os “novos novos” movimentos sociais portugueses têm uma rede relativamente escassa de organizações autónomas de reivindicação e combate pela justiça social onde possam ir buscar apoio, conhecimentos e membros. Assim sendo, estes movimentos poderão ter raízes menos profundas no eleitorado que é frequentemente sugerido. Como o trabalho sobre as redes de oposição russa sugeriu (BEISSINGER, 2013), os movimentos relacionados com a Internet – “sociedade civil virtual” – que não estão embutidos em formas de associação consolidadas – “sociedade civil convencional” – sofrem de uma maior volatilidade. Consequentemente, estes novos movimentos anti-austeridade adaptaram as suas táticas e reportórios, substituindo as grandes manifestações por ações de elevado perfil, altamente visíveis, levadas a cabo por ativistas em número reduzido, tais como interromper ministros do governo em cerimónias públicas. Mais importante ainda é o facto de que, segundo as provas que reunimos, especialmente em 2012 e 2013, esses movimentos terem procurado cada vez mais o apoio de partidos políticos e especialmente sindicatos para ações de grande envergadura, parecendo ter menos capacidade de uma mobilização extensa quando não têm o apoio de tais atores estabelecidos.

Em contraste, em termos de mobilização sustida, as políticas laborais não diminuíram de importância: mesmo que as manifestações de massas anti-austeridade, sob as bandeiras da “geração” e “precariado” tenham sido o foco da atenção da maioria dos meios de comunicação social, os componentes mais importantes das mobilizações ocorridas entre 2010 e 2013 foram as formas “tradicionais” de protesto, sendo a principal entre elas a arma clássica da greve geral. Os primeiros sinais são de que em Portugal se assistiu a uma fortificação relativa da capacidade de mobilização e influência política dos sindicatos, mesmo que o número de sindicalizados e de ações grevistas continuem a serem inferiores aos registados no ciclo de reivindicação das décadas de 80 e 90.

Como vimos, a nossa análise ecoa o estudo recente de outros países europeus, onde se questiona o desaparecimento dos atores políticos “velhos velhos” e das formas de combate político tradicionais no atual ciclo reivindicativo (BOSI e DELLA PORTA, 2013; RÜDIG e KARYOTIS, 2013, 2014, PETERSON et al., 2013). Alguns autores também sublinharam que se registou em vários países europeus um aumento significativo de greves da função pública e gerais (GALL, 2013; HAMANN et al., 2013). Além do mais, Gall considera que, desde o final da década de 90 do século passado, as “greves gerais políticas” são agora “o esteio principal no reportório dos movimentos de reivindicação da França, Grécia, Itália, Portugal e Espanha (GALL, 2013, p. 685).

O nosso estudo obriga a uma reflexão final sobre uma questão crítica: quais poderão ser as verdadeiras consequências políticas e sociais deste ciclo de mobilização? O tempo o dirá, mas gostaríamos de realçar dois aspetos: é evidente que nem as manifestações de grande envergadura, nem a multiplicação das greves gerais ou a greve de meses dos trabalhadores das docas tiveram muito efeito na inversão da aplicação de medidas de austeridade. As armas da mobilização anti-austeridade não parecem ser acutilantes. Contudo, em Portugal, curiosas sinergias emergiram da participação destes dois tipos de atores políticos.

Até o presente existem apenas dados limitados sobre os valores e práticas defendidos pelos que participam nestas ações de protesto e pouco se pode dizer sobre se a participação neste ciclo de reivindicação mudou as atitudes e afiliações políticas. Os resultados do ESS para as ondas de protesto de 2010 e 2012 sugerem que tais mobilizações conseguiram alguns resultados positivos no tocante a atrair pessoas que não se sentiam representadas pela política institucional. Enquanto a filiação em partidos políticos continua baixa em termos europeus, desde 2010 registou-se um aumento da percentagem de pessoas que declararam ter assinado petições ou, especialmente, participado em manifestações, um indicador em que os portugueses atingiram a média europeia pela primeira vez em dez anos (DE SOUSA et al., 2014: 18). A percentagem de pessoas que afirmaram ter participado de uma manifestação pública no ano anterior mais do que dobrou: de 2,4 por cento em 2010 para 6,8 por cento em 2012. Enquanto houve, como seria de esperar, uma forte representação por parte de apoiadores dos partidos de esquerda mais oposicionistas (o PCP e, principalmente, o BE), também é notável que o número dos que protestaram, mas indicaram não ter simpatia por qualquer um dos partidos políticos estabelecidos

aumentou de 36,4 por cento em 2010 para 49,6 por cento; pode-se observar um padrão semelhante entre aqueles que nunca pertenceram a um sindicato. Nitidamente, a maior amplitude e diversidade dos protestos neste ciclo cresceram para abranger pelo menos alguns dos “democratas desafetos” de Portugal.

Os mesmos dados do ESS mostram que quase dois terços dos que participaram em manifestações em 2012 tinham votado em 2011, em contraste com menos de metade dos que nunca participaram. Não está fora de questão que tais tipos de participação não convencional possam ser o caminho que levam à participação “*mainstream*”, embora num espaço político transformado. Esta ilação confirma que as formas de política reivindicativa nem sempre estão contra a participação institucional e que ciclos de protestos podem dar origem a uma crescente participação política, seja de forma convencional ou não convencional (MC ADAM, 1998; PALACIOS CEREZALES, 2003; TARROW, 1989).

Além do mais, mesmo que as consequências diretas de ciclo de protestos analisado neste artigo sejam difíceis de medir e a política de austeridade prossiga, a mobilização introduziu modificações no panorama político. Emergiram novos atores políticos, como foi o caso do Congresso Democrático das Alternativas que, por seu turno, originou mais duas organizações novas: a plataforma 3D (Dignidade, Democracia e Desenvolvimento) e o novo partido de esquerda Livre. Se por um lado esta multiplicação de partidos na esquerda do espectro político corre o risco de comprometer algumas das suas partes constituintes, tais como o Bloco de Esquerda, em geral parece haver um aumento da votação em partidos políticos de esquerda, os quais foram os principais beneficiários das alterações nas preferências do eleitorado. O PCP que, como vimos, mudou para uma estratégia de construção de alianças com sindicatos e novos movimentos, conseguiu ganhos constantes, obtendo 11 por cento dos votos nas eleições autárquicas de 2013, o seu melhor resultado desde 1997. As eleições europeias de 2014 viram o grupo de partidos à esquerda do PS não terem um resultado comparável com os seus equivalentes espanhóis e gregos. Enquanto o principal partido da oposição, o PS, parece não ter conseguido capitalizar nesta dinâmica, pese embora, juntamente com a coligação de centro-direita, continuar a reter a maioria (diminuída) dos votos contados.

Embora não possa ser estabelecida uma ligação direta entre o ciclo de protestos e os resultados eleitorais, em outras áreas podemos identificar nitidamente alguns efeitos. Para além da reemergência dos protestos laborais, a mobilização de “novos novos” movimentos sociais

teve uma influência inegável nos sindicatos – foram obrigados a negociar, a coordenar e, em muitos casos, a participar na constelação emergente de novas organizações que procuram representar novos interesses eleitorais. Se forem mantidas e desenvolvidas, tais colaborações, forçando os atores políticos tradicionais a procurarem o apoio de novos eleitores – “*outsiders*” do mercado de trabalho e jovens, por exemplo – e os novos movimentos a formarem alianças com grupos de pressão institucionalmente estabelecidos, têm o potencial de transformarem radicalmente o mapa político existente. Isto será particularmente verdade se estas colaborações resultarem num reforço mútuo, como argumentaram Campos Lima e Martin Artiles (2014, p. 142) – um processo aparente na Grécia, onde tanto Kousis como Karakioulafi detectaram diversos movimentos a coalescerem em “mega-redes”, um processo que talvez esteja em desenvolvimento em Portugal em seguida a um primeiro período de concorrência entre eles (2013).

É, portanto, nos inícios de uma colaboração entre os movimentos antiausteridade de base alargada e os atores tradicionais na esquerda do espectro político que vemos a possibilidade de novos desenvolvimentos que possam ter impacto a médio prazo na natureza da política no Sul da Europa.

Referências

- ACCORNERO, Guya. A Mild-manner Country?: Crises and Cycle of Protest in Democratic Portugal. *3rd IPSA Conference, Complutense University*, Madrid, 2012.
- _____. Contentious Politics and Student Dissent in the Twilight of the Portuguese Dictatorship: Analysis of a Protest Cycle. *Democratization*, v. 20, n. 6, 1036-1055, 2013.
- ALBERICH NISTAL, Tomás. Antecedents, Achievements and Challenges of the Spanish 15M Movement. In: TEJERINA, Benjamin; PERUGORRÍA, Ignacia (Org.). *From Social to Political. New Forms of Mobilization and Democratization*. Bilbao: Argitaipen Zerbitzua, 2012. p. 78-92.
- BALDINI, Gianfranco. Don't Count Your Chickens before They're Hatched: The 2013 Italian Parliamentary and Presidential Elections. *South European Society and Politics*, v. 18, n. 4, 473-97, 2013.
- BARTLES, Larry; BERMEO, Nancy (Orgs.). *Mass Politics in Tough Times Opinions, Votes and Protest in the Great Recession*. New York: Oxford University Press, 2013.
- BARTLETT, Jamie; FROIO, Caterina; LITTLER, Mark; MCDONNELL, Duncan. *New Political Actors in Europe: Beppe Grillo and the Movimento 5 Stelle*. London: Demos, 2013.
- BAUMGARTEN, Britta. Geração à Rasca and beyond: Mobilizations in Portugal after 12 March 2011. *Current Sociology*, v. 61, n. 4, 457-473, 2013.
- BEISSINGER, Mark R. Conventional and “Virtual” Civil Societies in Autocratic Regimes’. *International Conference of Europeanists*, Amsterdam, 2013.
- BERMEO, Nancy. Myths of Moderation: Confrontation and Conflict during Democratic Transitions. *Comparative Politics*, v. 29, n. 3, 305-322, 1997.
- BORDIGNON, Fabio; CECCARINI, Luigi. Five Stars and a Cricket. Beppe Grillo Shakes Italian Politics. *South European Society and Politics*, v. 18, n. 4, 427-449, 2013.

BOSI, Lorenzo; DELLA PORTA, Donatella. Protesting in Time of Austerity. Micro, Meso and Macro Mobilisation Variation in Protesters' Framing, Trust and Sense of Efficacy. *7th ECPR General Conference*, Sciences Po, Bordeaux, 2013.

CAMPOS LIMA, Maria da Paz; MARTIN ARTILES, António. Crisis and Trade Union Challenges in Portugal and Spain: Between General Strikes and Social Pacts. *Transfer*, v. 17, n. 3, 387-402, 2011.

_____. Descontentamento na Europa em tempos de austeridade: Da ação coletiva à participação individual no protesto social. *Revista Crítica de Ciências Sociais* [online], v. 103, 2014.

CARMO, Renato do; CANTANTE Frederico; CARVALHO Margarida. Inequalities in Portugal: Recent and Structural Trends'. In: *Observatório das Desigualdades*, 2012. Disponível em: <<http://observatoriodas-desigualdades.cies.iscte.pt/index.jsp?page=projects&id=126>>. Acesso em: 14 de jan. 2014.

CASTRO CALDAS, José. The Consequences of Austerity Policies in Portugal. In: *International Policy Analysis, Friedrich-Ebert-Stiftung*, 2012. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/id-moe/09311.pdf>>. Acesso em: 14 de janeiro 2014.

COSTA PINTO, António; MAGALHÃES, Pedro; DE SOUSA, Luís; GORBUNOVA, Ekaterina. A qualidade da democracia em Portugal. A perspectiva dos cidadãos. *Workshop The Quality of Democracy in Hard Times*, ICS-UL, Lisboa, 2012.

COX, Laurence; FLESCHER FOMINAYA, Cristina; SHIHADI, Magid. Mobilizing against the Crisis, Mobilizing for 'Another Democracy': Comparing Two Global Waves of Protest'. *Interface: A Journal for and about Social Movements*, v. 4, n. 1, 2012.

DELLA PORTA, Donatella. Mobilizing against the Crisis, Mobilizing for 'Another Democracy': Comparing Two Global Waves of Protest. *Interface: A Journal for and about Social Movements*, v. 4, n. 1, 274-277, 2012.

DE SOUSA, Luís; MAGALHÃES, Pedro; AMARAL, Luciano. Sovereign Debt and Governance Failures Portuguese Democracy and the Financial Crisis. *American Behavioral Scientist*. doi: 0002764214534666, 2014.

EARL, Jennifer; MARTIN, Andrew; MCCARTHY, John D.; SOULE, Sarah A. The Use of Newspaper Data in the Study of Collective Action. *Annual Review of Sociology*, v. 30, 65-80, 2004.

ELIAS, Luís; PINHO, Pedro. Reuniões e manifestações – Os desafios das novas formas de contestação social. *Polícia Portuguesa*, v. 4, n. 3, 37-35, 2012.

ESTANQUE, Elisio; COSTA, Hermes Augusto; SOEIRO, José. The New Global Cyle of Protest and the Portuguese Case. *Journal of Social Science Education*, v. 12, n. 1, 31-40, 2013.

FEIXA Carles; PEREIRA, Inês; JURIS, Jeffrey. Global Citizenship and the 'New, New' Social Movements: Iberian Connections. *Young*, v. 17, n. 4, 421-442, 2009.

FERNANDES, Tiago. Rethinking Pathways to Democracy: Civil Society in Portugal and Spain, 1960s-2000s. *Democratization*, v. 22, n. 6, p. 1074-1104, 2015.

FISHMAN, Robert M. Democratic Practice after the Revolution: The Case of Portugal and beyond. *Politics & Society*, v. 39, n. 2, p. 233-267, 2011.

FONSECA, Dora. New Actors on Stage: Analysis of the Emergent Forms of Collective Action in the European Context. *2nd ISA Forum of Sociology*, University of Buenos Aires, 2012.

FREIRE, André. Participação e abstenção nas eleições legislativas portuguesas, 1975-1995. *Análise Social*, v. 35, n. 115-145, 2000.

_____. Pós materialismo e comportamentos políticos: o caso português em perspectiva comparada. In: VALA, Jorge; VILLAYERDE CABRAL, Manuel; RAMOS, Alice (Orgs.). *Valores Sociais: Mudanças e Contrastes em Portugal e na Europa*. Lisboa: ICS, 2003. p. 295-362.

FREIRE, André; MAGALHÃES, Pedro. A abstenção portuguesa em perspectiva comparativa. *Eleições*, v. 7, 7-36, 2003.

GALL, Gregor. Quiescence Continued? Recent strike activity in Nine Western European Countries. *Economic and Industrial Democracy*, v. 34, n. 4, p. 667-691, 2013.

HAMANN, Kerstin; JOHNSTON, Alison; KELLY, John. Unions against Governments: Explaining General Strikes in Western Europe, 1980-2006. *Comparative Political Studies*, v. 46, n. 9, p. 1030-1057, 2013.

KOOPMANS, Ruud; STATHAM Paul. Political Claims Analysis: Integrating Protest Event and Political Discourse Approaches. *Mobilization: An International Quarterly*, v. 4, n. 2, p. 203-221, 1999.

KOUSIS, Maria; KARAKIOULAFI, Christina. Labour Unions Confronting Unprecedented Austerity in Greece, 2010-2013. *7th ECPR General Conference*, Sciences Po, Bordeaux, 2013.

KRIESI, Hanspeter. The Political Consequences of the Financial and Economic Crisis in Europe: Electoral Punishment and Popular Protest. *Swiss Political Science Review*, v. 18, n. 4, p. 518-522, 2012.

MAGALHÃES, Pedro. Disaffected Democrats: Political Attitudes and Political Action in Portugal. *West European Politics*, v. 28, n. 5, 973-991, 2005.

MENDES, José Manuel; SEIXAS, Ana Maria. Acção colectiva e protesto em Portugal: os movimentos sociais ao espelho dos media (1992-2002). *Revista crítica de ciências Sociais*, v. 72, p. 99-127, 2005.

ORTIZ, Isabel; BURKE, Sara; BERRADA, Mohamed; CORTES, Hernán. World Protests 2006-2013. In: *New York: Friedrich Ebert Foundation*. Disponível em: <http://cadtm.org/IMG/pdf/World_Protests_2006-2013-Final-2.pdf>. Acesso em: 30 maio 2014.

PALACIOS CEREZALES, Diego. *O poder caiu na rua*. Crise de estado e acções colectivas na revolução portuguesa, 1975-1975. Lisboa: ICS, 2003.

PETERSON, Abby; WAHLSTRÖM, Mattias; WENNERHAG, Magnus. Is there New Wine in the New Bottles? Participants in European Anti-Austerity Protests 2010-2012. *7th ECPR General Conference*, Sciences Po, Bordeaux, 2013.

RAMOS PINTO, Pedro. Protest and Civil Society in Austerity Portugal. *Political Consequences of the Economic Crisis: Voting and Protest in Europe since 2008*. Georgetown University, 2013.

_____. *Lisbon Rising: Urban Social Movements in the Portuguese Revolution, 1974-1975*. Manchester: Manchester University Press, 2013.

ROYO, Sebastián. A New Century of Corporatism? Corporatism in Spain and Portugal. *West European Politics*, v. 25, n. 3, 77-104, 2002.

RÜDIG, Wolfgang; KARYOTIS, Georgios. Beyond the Usual Suspects? New Participants in Anti-Austerity Protests in Greece. *Mobilization: An International Quarterly*, v. 18, n. 3, p. 313-330, 2013.

_____. Who Protests in Greece? Mass Opposition to Austerity. *British Journal of Political Science*, v. 44, n. 3, 487-513, 2014.

SEIXAS, Ana Maria. Aprender a democracia: jovens e protesto no ensino secundário em Portugal. *Revista Crítica das Ciências Sociais*, v. 72, p. 187-209, 2005.

SOTIRAKOPOULOS, Nikos; SOTIROPOULOS, George. 'Direct Democracy Now!': The Greek Indignados and the Present Cycle of Struggles. *Current Sociology*, v. 61, n. 4, p. 443-456, 2013.

SOUSA SANTOS, Boaventura. *Ensaio contra a auto-flagelação*. Coimbra: Almedina, 2011.

TARROW, Sidney. *Democracy and Disorder: Protest and Politics in Italy, 1965-1975*. Oxford: Clarendon Press, 1998.

_____. States and Opportunities: The Political Structuring of Social Movements. In: MCADAM, Doug; MCCARTHY, John; ZALD, Mayer (Orgs.). *Comparative Perspectives on Social Movements*. Political Opportunities, Mobilizing Structures, and Cultural Framings. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p. 41-61.

_____. *Power in Movement*. Social Movements and Contentious Politics. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

_____. Global, Conventional and Warring Movements and the Suppression of Contention. Themes in Contentious Politics Research. *Politica & Sociedade*, v. 10, n. 18, 25-49, 2011.

TEJERINA, Benjamín; PERUGORRÍA, Ignacia. Continuities and Discontinuities in Recent Social Mobilizations. From New Social Movements to the Alter-Global Mobilizations and the 15 M. In: TEJERINA, Benjamín; PERUGORRÍA, Ignacia (Orgs.). *From Social to Political*. New Forms of Mobilization and Democratization. Bilbao: Argitaipen Zerbitzua, 2012a. p. 93-112.

TEJERINA, Benjamín; PERUGORRÍA, Ignacia (Orgs.). *From Social to Political*. New Forms of Mobilization and Democratization. Bilbao: Argitaipen Zerbitzua, 2012b.

TILLY, Charles; TARROW, Sidney. *Contentious Politics*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

VERNEY, Susannah; BOSCO Anna. Living Parallel Lives: Italy and Greece in an Age of Austerity. *South European Society and Politics*, v. 18, n. 4, p. 397-426, 2014.

VILLAVARDE CABRAL, Manuel. *Cidadania política e equidade social em Portugal*. Oeiras: Celta, 1997.

_____. O exercício da cidadania política em Portugal. *Análise Social*, v. 35, n. 154-155, p. 85-113, 2000.

_____. *Dimensões da Cidadania*. A Mobilização Política em Portugal numa Perspectiva Comparada. Porto: Afrontamento, 2014.

Recebido: 16 de julho de 2015

Aprovado: 23 de setembro de 2015

Autores/Authors:

GUYA ACCORNERO <guya.accornero@iscte.pt>

- Investigadora em Ciência Política no Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa (CIES-IUL), com um financiamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT). Os seus interesses de investigação incluem movimentos sociais, democratização, violência política, biografias militantes. Entre as outras publicações, tem artigos publicados nas revistas *West European Politics*, *Democratization*, *Análise Social*, *Cultures et Conflits*. Além disso, tem no prelo a monografia *The Revolution before the Revolution: Late Authoritarianism and Student Protest in Portugal*, e a coletânea (com Olivier Fillieule) *Social Movement Studies in Europe. The State of the Art* (ambos para o editor Berghahn Books). Contribuiu para o livro *Violência e Sociedade em Ditaduras Ibero-Americanas no Século XX* (EdiPUCRS, 2015).
- Researcher in Political Science at the Center for Research and Studies in Sociology from Instituto Universitário de Lisboa (CIES-IUL), supported by a scholarship from Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT). Her research interests include social movements, democratization, political violence and biographies of militant actors. Among other publications, she is the author of papers in the journals *West European Politics*, *Democratization*, *Análise Social*, and *Cultures et Conflits*. She has also written the monograph *The Revolution before the Revolution: Late Authoritarianism and Student Protest in Portugal*, which is in print, and organized (with Olivier Fillieule) the collection *Social Movement Studies in Europe. The State of the Art* (both by Berghahn Books). She contributed to the book *Violência e Sociedade em Ditaduras Ibero-americanas no século XX* (EdiPUCRS, 2015).

PEDRO RAMOS PINTO <pr211@cam.ac.uk>

- Lecturer em História Económica Internacional na Universidade de Cambridge, Reino Unido. A sua investigação combina perspectivas da ciência política e sociologia com a investigação histórica, debruçando-se sobre o papel dos movimentos sociais na Revolução portuguesa e na história das relações entre estado e sociedade durante o século XX português. Autor de *Lisbon Rising: Urban Social Movements in the Portuguese Revolution, 1974-1975* (Manchester University Press 2013).
- Lecturer in International Economic History at the University of Cambridge, UK. His research combines perspectives of Political Science and Sociology with historical investigations, focusing on the role of social movements in the Portuguese Revolution and on the history of the relation between state and society in twentieth century Portugal. Author of *Lisbon Rising: Urban Social Movements in the Portuguese Revolution, 1974-1975* (Manchester University Press 2013).